

GUIA PRÁTICO

PENSÃO SOCIAL DE INVALIDEZ

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Pensão Social de Invalidez
(7010 – v4.29)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Centro Nacional de Pensões

PAGINAÇÃO

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

CONTACTOS

Linha Segurança Social: 300 502 502, dias úteis das 9h00 às 17h00.

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Direta.

DATA DE PUBLICAÇÃO

23 de março de 2017

ÍNDICE

A – O que é?	4
B1 – Quem tem direito?	4
Quem tem direito à pensão social de invalidez	4
Quais as condições necessárias para ter acesso à pensão social de invalidez.....	4
Quem não tem direito à pensão social de invalidez	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?	5
Não pode acumular com	5
Pode acumular com:	5
C – Como posso aderir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?.....	6
Formulários	6
Documentos necessários	6
Onde se pede?.....	7
C2 – Quando é que me dão uma resposta?	7
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber? - ATUALIZADO	7
Quanto se recebe?.....	7
Em 2017 recebe, por mês:.....	7
Pagamento do subsídio de Natal (13º mês):.....	8
A partir de janeiro de 2017, o pensionista recebe o valor da pensão e 50% do 13.º mês em duodécimos ao longo do ano. O valor restante, 50% do duodécimo será pago no mês de dezembro.	8
Pagamento do Subsídio de férias (14º mês):.....	8
NOTA:	8
Durante quanto tempo se recebe?	8
A partir de quando se tem direito a receber?	8
Quando se recebe o primeiro pagamento?	8
D2 – Como posso receber?	8
D3 – Quais as minhas obrigações?	9
D4 – Por que razões termina?	9
O pagamento da Pensão Social de Invalidez é interrompido... ..	9
A Pensão Social de Invalidez termina	9
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável - ATUALIZADO	10
E2 – Glossário	12
Perguntas Frequentes	14
3. Como aceder ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia	14

A – O que é?

É um apoio em dinheiro, pago mensalmente, para proteger os beneficiários em situações de *incapacidade permanente* para o trabalho.

É diferente da pensão de invalidez do regime geral porque apoia os beneficiários não abrangidos por qualquer *sistema de proteção social obrigatória* ou que não têm descontos suficientes para a Segurança Social para ter direito à pensão de invalidez do regime geral.

B1 – Quem tem direito?

Quem tem direito à pensão social de invalidez

Quais as condições necessárias para ter acesso à pensão social de invalidez

Quem não tem direito à pensão social de invalidez

Quem tem direito à pensão social de invalidez

- Quem é cidadão português, reside em Portugal e não está abrangido por qualquer *sistema de proteção social obrigatória*;
- Quem é cidadão dos Países da União Europeia, Cabo Verde, Canadá, Austrália e Cidadãos Brasileiros que residam em Portugal e não estejam abrangidos por qualquer sistema de proteção social obrigatório;
- Quem, sendo abrangido por um sistema de proteção social obrigatório, não completou o período mínimo de contribuições exigido para a concessão duma pensão de invalidez ou esta é de valor mensal inferior ao da pensão social.

Quais as condições necessárias para ter acesso à pensão social de invalidez

Ter uma incapacidade permanente para todo e qualquer trabalho (que não seja causada por acidente de trabalho ou uma doença profissional), confirmada pelo Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI);

- Ter mais de 18 anos;
- Não ganhar mais que 168,52€ por mês (40% do *Indexante de Apoios Sociais*, valor de 2017), antes dos descontos;
- Se for um casal, juntos não podem ganhar mais que 252,79€ por mês (60% do *Indexante de Apoios Sociais*, valor de 2017), antes dos descontos.

Quem não tem direito à pensão social de invalidez

- Quem receber Pensão Social de Velhice ou já tiver condições para a receber.

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com

Pode acumular com

Não pode acumular com

- Pensão de invalidez do regime geral;
- Pensão de velhice do regime geral;
- Pensão social de velhice;
- Rendimentos de trabalho, rendimentos de bolsas, subsídios por frequência de ações de formação profissional ou rendimentos supervenientes, desde que esses rendimentos sejam superiores, em 2017, aos limites acima referidos: 168,52€ por mês ou, se for casal, 252,79€ (40% ou 60% do *Indexante de Apoios Sociais*, respetivamente).

Nota: A pensão social de invalidez não é cumulável com rendimentos de trabalho superiores à condição de recursos.

Pode acumular com:

- Complemento extraordinário de solidariedade (pago automaticamente; depende da idade do beneficiário);
- Complemento por dependência (para os pensionistas que precisam da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas do dia a dia)
- Rendimento social de inserção (para pessoas e famílias em situação de grave carência económica);
- Pensão de viuvez (a soma da pensão social de velhice com a pensão de viuvez não pode ser superior a 264,32€ em 2017 – pensão mínima de invalidez e velhice do regime geral de Segurança Social).
- Pensão de sobrevivência (para familiares de um beneficiário falecido), se esta for de valor inferior ao da pensão social de velhice 203,35€ em 2017). Nesse caso, a soma da pensão social de velhice com a pensão de sobrevivência não pode ser superior a 264,32€ em 2017 – pensão mínima de invalidez e velhice do regime geral de Segurança Social).
- Rendimentos de trabalho, rendimentos de bolsas, subsídios por frequência de ações de formação profissional ou rendimentos supervenientes, desde que esses rendimentos sejam inferiores, em 2017, aos limites acima referidos: 168,52€ por mês ou, se for casal, 252,79€ (40% ou 60% do *Indexante de Apoios Sociais*, respetivamente).

C – Como posso aderir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Formulários

Documentos necessários

Onde se pede?

Formulários

- RP 5002-DGSS – Requerimento de Pensão Social (Velhice/ Invalidez).
- Mod. CD 136/2012-DGSS – Prova de Insuficiência Económica - SVI Recurso.
- Mod. SVI 7-DGSS – Informação médica - avaliação da incapacidade (ver nota).
- RV1014-DGSS – Boletim de identificação dos elementos do agregado familiar – cidadãos estrangeiros (se não forem portugueses nem tiverem NISS – Número de Identificação da Segurança Social).
- MG 02-DGSS – Pedido de alteração de morada e outros elementos.

Nota: Este formulário não está disponível no site da Segurança Social. É disponibilizado nos serviços de atendimento presencial da Segurança Social e nos Centros de Saúde.

No menu “**Documentos e Formulários**”, selecionar “**Formulários**” e no campo pesquisa inserir o **nome/designação** (completo ou parte) do formulário ou do **modelo**.

Documentos necessários

- Cartão de outro sistema de proteção social, nacional ou estrangeiro, em que estejam inscritos;
- Documento de identificação válido (cartão de cidadão, bilhete de identidade, certidão do registo civil ou passaporte);
- Cartão de contribuinte;
- Declaração de IRS (se estiverem obrigados a entregá-la);
- Documentos comprovativos dos rendimentos (se não estiverem obrigados a entregar declaração de IRS);
- Documento comprovativo do valor do património imobiliário se existir (caderneta predial, certidão de teor matricial ou, na sua falta, documento comprovativo de que o imóvel é seu);
- Boletim de identificação dos elementos do agregado familiar – cidadãos estrangeiros – RV1014 (se não forem portugueses nem tiverem NISS – Número de Identificação da Segurança Social);
- Título válido de residência legal, passado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (se forem refugiados ou apátridas);
- Informação Médica (formulário SVI 007);

- Documento de identificação válido (cartão de cidadão, bilhete de identidade, certidão do registo civil ou passaporte), da pessoa que assinou o formulário, caso a pessoa que faz o pedido não saiba ou não possa assinar;
- Documento comprovativo do Número de Identificação Bancária (NIB) que mostre o seu nome como titular da conta (se quiser receber por transferência bancária);

Onde se pede?

Nos serviços de atendimento da Segurança Social.

NOTA: Não é preciso pedir o *Complemento Extraordinário de Solidariedade* (é pago automaticamente juntamente com a pensão).

C2 – Quando é que me dão uma resposta?

90 dias no máximo.

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber? - ATUALIZADO

Quanto se recebe?

Durante quanto tempo se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quando se recebe o primeiro pagamento

Quanto se recebe?

Em 2017 recebe, por mês:

Se tiver	Pensão Social de Invalidez (1)	Complemento Extraordinário de Solidariedade (CES) (2)	Total (1+2)	Duodécimo do Subsídio de Natal (SN): 50% em duodécimos, ao longo do ano e 50% no mês de dezembro	Valor mensal (jan a nov) (PSI+CES+duodécimo de 50%SN)	Valor total a receber em julho (valor mensal + subsídio de férias+duodécimo de 50%SN)	Valor total a receber em dezembro (PSI+CES + duodécimo +50% do SN)
Menos de 70 anos	203,35€	17,70€	221,05€	$221,05€ \times 50\% = 110,52€/12 = 9,21€$	$203,35€ + 17,70€ + 9,21€ = 230,26€$	$(203,35€ \times 2) + (17,70€ \times 2) + 9,21€ = 451,31€$	$221,05€ + 9,21€ + 110,52€ = 340,78€$
70 anos ou mais	203,35€	35,38€	238,73€	$238,73€ \times 50\% = 119,37€/12 = 9,95€$	$203,35€ + 35,38€ + 9,95€ = 248,68€$	$(203,35€ \times 2) + (35,38€ \times 2) + 9,95€ = 487,41€$	$238,73€ + 9,95€ + 119,37€ = 368,05€$

Pagamento do subsídio de Natal (13º mês):

A partir de janeiro de 2017, o pensionista recebe o valor da pensão e 50% do 13.º mês em duodécimos ao longo do ano. O valor restante, 50% do duodécimo será pago no mês de dezembro.

Pagamento do Subsídio de férias (14º mês):

O subsídio de férias é pago no mês de julho e será de montante igual à pensão.

NOTA:

Não há lugar à atribuição do CES às pensões sociais de invalidez de montante igual ao valor da pensão mínima do regime geral, em conformidade com o disposto na Lei (n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 208/2001).

Durante quanto tempo se recebe?

Enquanto o beneficiário tiver uma incapacidade permanente reconhecida pelo Sistema de Verificação de Incapacidades e os seus rendimentos (não contando com o valor desta pensão) forem inferiores, em 2017 aos limites acima referidos: 168,52€ por mês ou, se for casal, 252,79€ (40% ou 60% do *Indexante de Apoios Sociais*, respetivamente).

A partir de quando se tem direito a receber?

A Pensão Social de Invalidez é devida a partir da data de deliberação da comissão de verificação ou de recurso, ou daquela que a comissão reporte a incapacidade para toda e qualquer profissão, não podendo, neste caso, ter início em data anterior à data de apresentação do requerimento.

Complemento Extraordinário de Solidariedade

- A partir do momento em que se começa a pagar a Pensão Social de Invalidez;
- Quando o beneficiário faz os 70 anos, passa a receber o novo valor do complemento a partir do mês seguinte ao do seu aniversário.

Quando se recebe o primeiro pagamento?

Geralmente, no mês seguinte àquele em que o processo for entregue devidamente preenchido e com todos os documentos necessários.

D2 – Como posso receber?

Transferência bancária.

D3 – Quais as minhas obrigações?

- Comunicar todas as situações que possam afetar o seu direito à pensão, alterar o seu valor ou levar à interrupção do pagamento.
- Manter a morada completa atualizada.

D4 – Por que razões termina?

O pagamento da Pensão Social de Invalidez é interrompido...

A Pensão Social de Invalidez termina ...

O pagamento da Pensão Social de Invalidez é interrompido...

- Se não houver prova de que o beneficiário está vivo, sempre que for pedida;
- Se não comunicar ao Centro Distrital da área da sua residência que está a trabalhar e a receber ordenado;
- Se não comunicar ao Centro Distrital da área da sua residência que está a receber uma bolsa de formação;
- Se não comunicar ao Centro Distrital da área da sua residência o valor de outra pensão que receba;
- Se faltar (sem justificação) ao exame médico de revisão de incapacidade para que tenha sido convocado;
- Se não entregar os comprovativos médicos pedidos;
- Se os rendimentos do pensionista (não contando com o valor desta pensão) forem superiores, 2017, aos limites acima referidos: 168,52€ por mês ou, se for casal, 252,79€ (40% ou 60% do *Indexante de Apoios Sociais*, respetivamente).

A Pensão Social de Invalidez termina ...

- Se a Comissão de Verificação de Incapacidades Permanentes considerar, em exame médico de revisão, que o beneficiário já não tem uma incapacidade permanente para toda e qualquer profissão (invalidez absoluta). O pagamento deixa de ser feito no mês seguinte àquele em que a decisão é comunicada ao beneficiário.
- Quando é substituída pela pensão social de velhice.
- Quando o pensionista falecer.

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável - ATUALIZADO

No menu “**Documentos e Formulários**”, selecionar “**Legislação**” e no campo pesquisa inserir o **número/ano** do diploma.

Portaria n.º 98/2017, de 07 de março

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais, para o ano de 2017.

Portaria n.º 4/2017, de 03 de janeiro

Atualiza o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) para o ano de 2017.

Portaria n.º 67/2016, de 17 de abril

Define a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da segurança social em 2017 e o fator de sustentabilidade para 2016 e revoga a Portaria n.º 277/2014, de 26 de dezembro.

Portaria n.º 65/2016, de 1 de abril

Procede à atualização anual das pensões e outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social.

Lei n.º 7-A/2016, de 31 de março

Orçamento de Estado para 2016.

Lei n.º 6/2016, de 17 de março

Alteração ao Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro (1ª alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência)

Decreto-Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia elétrica, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, que cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro

Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de Segurança Social.

Portaria n.º 275-A/2011, de 30 de setembro

Fixa a percentagem do apoio social extraordinário ao consumidor de energia a aplicar nas faturas de eletricidade e de gás natural aos clientes finais elegíveis.

Portaria n.º 275-B/2011, de 30 de setembro

Estabelece os procedimentos, os modelos e as demais condições necessárias à atribuição, aplicação e manutenção do apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro

Cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE).

Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro

Cria a tarifa social do gás natural a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis.

Portaria n.º 1334/2010, de 31 de dezembro

Estabelece os procedimentos e as demais condições necessários à atribuição, aplicação e manutenção da tarifa social estabelecida no Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro

Criação da tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis.

Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril

Altera as percentagens da condição de recurso e fixa-as, a partir de 29 de abril de 2010, em 40% do IAS, requerente isolado, e 60% do IAS tratando-se de casal, além de fixar diversos limites de acumulação da pensão social de invalidez com rendimentos, em função do número de anos de acumulação e por referência ao valor do IAS.

Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio

Aprova o regime de proteção nas eventualidades invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de Segurança Social.

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro

Indexante de Apoios Sociais (IAS).

Decreto-Lei n.º 208/2001, de 27 de julho

Define as regras a observar na atribuição do complemento extraordinário de solidariedade.

Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho

Procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a proteção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de Segurança Social em situação de dependência.

Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de setembro

Estabelece o regime de proteção na velhice e na invalidez dos beneficiários do regime geral de Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 141/91, de 10 de abril

Estabelece as condições de acumulação das pensões dos regimes contributivos de Segurança Social entre si, com pensões de outros regimes de proteção social de enquadramento obrigatório e com pensões de regimes não contributivos ou equiparados.

Decreto-Lei n.º 297/84, de 31 de agosto

Torna extensivo o direito a pensão social aos cidadãos portugueses que provem carecer de assistência permanente de outras pessoas em razão de deficiências físicas ou psíquicas e que o seu agregado familiar resida no estrangeiro por motivo de serviço oficial prestado por um dos seus membros ao Estado Português.

Decreto Regulamentar n.º 5/83, de 31 de janeiro

Estabelece o regime geral de previdência aplicável ao clero secular e religioso da Igreja Católica e ministros de outras igrejas.

Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de outubro

Estabelece em novos moldes as condições de acesso e de atribuição da pensão social.

Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio

Estabelece um esquema de prestações de Segurança Social a não beneficiários do sistema contributivo.

E2 – Glossário

Complemento Extraordinário de Solidariedade (CES)

É um apoio em dinheiro, pago automaticamente (não precisa de ser pedido) aos beneficiários que estão a receber pensão social de invalidez ou velhice. O valor depende da idade do beneficiário.

Idade do beneficiário	Recebe
Menos de 70 anos	17,70€
Igual ou superior a 70 anos	35,38€

Complemento por dependência

Consideram-se em situação de dependência os pensionistas que precisam da assistência de outra pessoa para realizar atividades básicas da vida quotidiana, como serviços domésticos, locomoção e cuidados de higiene.

Condição de recursos

Para ter acesso à pensão social, em 2017, o beneficiário não pode ter rendimentos acima de:

- 168,52€ – se não for casado.
- 252,79€ – se for casado ou viver em união de facto.

Estes valores limite são calculados a partir do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), sendo 40% do IAS no primeiro caso, 60% do IAS no segundo.

Incapacidade permanente

É avaliada de acordo com as funcionalidades físicas, sensoriais e mentais, do estado geral, da idade, das aptidões profissionais e da capacidade de trabalho dos beneficiários.

A invalidez diz-se relativa, quando a incapacidade permanente se reportar à profissão exercida.

A invalidez diz-se absoluta quando a incapacidade permanente se reportar a todo e qualquer trabalho.

Indexante dos Apoios Sociais (IAS)

É o valor utilizado para calcular os benefícios da Segurança Social e para definir os limites dos rendimentos dos beneficiários. Em 2017 o valor do IAS foi fixado em 421,32€ .

Prazo de garantia

É o período mínimo de descontos para a Segurança Social que é necessário para ter acesso a um benefício.

Sistemas de proteção social obrigatória

- Regime geral;
- Regimes especiais do sistema de Segurança Social (trabalhadores do serviço doméstico, seguro social voluntário, trabalhadores independentes, MOE);
- Regimes da função pública (regime de proteção social convergente);
- Regime dos advogados e solicitadores;
- Regimes de proteção nos riscos de acidente de trabalho e doença profissional;
- Regimes dos sistemas de Segurança Social estrangeiros.

União de facto

A União de facto é a situação jurídica de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos.

Perguntas Frequentes

1 – O pensionista de pensão social de invalidez, pode exercer profissão e continuar a beneficiar da pensão? E se exercer uma atividade como Trabalhador Independente?

Se o pensionista de pensão social de invalidez vier a exercer uma atividade profissional remunerada, o pagamento da pensão social é suspenso durante o período de exercício daquela atividade, se os rendimentos auferidos excederem os limites de 168,52€ por mês ou, se for casal, de 252,79€ por mês (40% ou 60% do Indexante de Apoios Sociais, respetivamente).

1.1 – Quando terminar a atividade profissional é paga novamente a pensão social de invalidez? O que é necessário fazer?

Sim, a cessação da atividade determina o direito ao reinício do pagamento da pensão social que se encontrava suspenso, a partir do dia imediato àquele em que ocorra a cessação.

É necessário que o interessado comunique a cessação ao serviço processador da pensão, não sendo necessário ser submetido a nova CVIP.

2 – Devem considerar-se como rendimentos para avaliação da condição de recursos, os valores recebidos a título de bolsa de formação profissional?

Os valores recebidos a título de bolsa de formação profissional são considerados rendimento para efeitos da condição de recursos da Pensão Social, isto é, quando o valor da bolsa, somado aos restantes rendimentos do interessado, exceder os limites da condição do de recursos (168,52€ por mês ou, sendo casal, 252,79€ por mês, valores de 2017), não há direito à atribuição da Pensão Social de Invalidez.

3. Como aceder ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia

- Tarifa Social de Eletricidade
- Tarifa Social do Gás Natural

Os indivíduos e famílias, economicamente, mais vulneráveis, podem beneficiar de um desconto na fatura da eletricidade e do gás natural. A adesão aos apoios foi efetuada no fornecedor de eletricidade ou gás natural, não sendo necessária, para o efeito, a apresentação de Declaração da Segurança Social.

O que é

É um apoio social que se traduz na redução do preço do fornecimento de eletricidade e de gás natural a clientes finais economicamente vulneráveis.

Tarifa Social de Fornecimento de Energia Elétrica (Tarifa Social de Eletricidade)

Esta tarifa social resulta da aplicação de um desconto à tarifa de acesso às redes de eletricidade em baixa tensão normal, que compõe o preço final faturado ao cliente de eletricidade.

Tarifa Social de Fornecimento de Gás Natural (Tarifa Social de Gás Natural)

Esta tarifa social resulta da aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes de gás natural em baixa pressão, que compõe o preço final faturado ao cliente de gás natural.

Quem tem direito

Tarifa Social de Eletricidade

Os clientes finais economicamente vulneráveis que se encontrem a receber uma das seguintes prestações sociais:

- Complemento Solidário para Idosos;
- Rendimento Social de Inserção;
- Subsídio Social de Desemprego;
- Abono de Família (1.º, 2.º e 3.º escalão);
- Pensão Social de Invalidez;
- Pensão Social de Velhice.

Ou,

ainda que não beneficiem de qualquer prestação social,

- Integrem um agregado familiar cujo rendimento total, anual, seja igual ou inferior a 5.808€ acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não tenha rendimento, até ao máximo de 10.

E que reúnam ainda as seguintes condições:

- Serem titulares de contrato de fornecimento de eletricidade;
- O consumo de eletricidade ser para uso doméstico, em habitação permanente;
- A potência contratada não ultrapassar os 6,9 KVA.

Tarifa Social de Gás Natural

Os clientes finais economicamente vulneráveis que se encontrem a receber uma das seguintes prestações sociais:

- Complemento Solidário para Idosos;
- Rendimento Social de Inserção;
- Subsídio Social de Desemprego;
- Abono de Família (1.º escalão);
- Pensão Social de Invalidez.

E que reúnam ainda as seguintes condições:

- Serem titulares de contrato de fornecimento de gás natural;
- O consumo de gás natural ser para uso doméstico, em habitação permanente;
- No gás natural o consumo anual não ultrapassar os 500 m³.

Nota: Os beneficiários da tarifa social de gás beneficiam também da redução de 1,00€ na Contribuição Audiovisual (CAV).

Onde aderir

As tarifas sociais passaram a ser atribuídas, automaticamente, pelos comercializadores de eletricidade e de gás natural.

A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), através de um canal criado para o efeito, confirma diretamente com a Segurança Social, de uma forma rápida e eficaz, se o cliente é beneficiário das prestações que conferem direito a estes apoios. Assim, os clientes não têm necessidade de se deslocar aos serviços da Segurança Social.

Como é atualizada e confirmada a manutenção da tarifa social

A manutenção da tarifa social depende da confirmação, por parte da DGEG, em setembro de cada ano, da condição de cliente final economicamente vulnerável, Trimestralmente, a DGEG verifica oficiosamente a manutenção das condições de atribuição da tarifa social.

3. Acumulação dos apoios

A Tarifa Social da Eletricidade é acumulável com a Tarifa Social do Gás Natural.

4 – O Decreto-lei n.º 70/2010, de 2010, de 16 de junho abrange a Pensão Social?

A referida disposição legal não abrange a pensão social; logo, não poderá ser aplicada a esta prestação.

5 – Na condição de recursos da pensão social entra o valor do CSI do cônjuge?

O valor do CSI é complementar e diferencial da pensão social. Logo, o valor da pensão social dum cônjuge influencia o valor do CSI do outro cônjuge. Se o valor do CSI entrar para a condição de recursos da pensão social, poderemos ter uma situação circular semelhante à que tínhamos com o RSI. Por razões inerentes à natureza e objetivo da própria prestação (elevar o rendimento do casal até ao nível do rendimento de referência), quer para se evitar correr o risco da circularidade que houve com o RSI, considera-se não se dever tomar em conta o CSI do cônjuge para a condição de recursos da pensão social.